



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA

NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Do Senhor Filipe Barros)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a presença de organizações criminosas transnacionais que ameaçam transformar o Brasil num Narcoestado.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a presença de organizações criminosas transnacionais que ameaçam transformar o Brasil num Narcoestado.

JUSTIFICAÇÃO

Na terça-feira, 28, a cidade do Rio de Janeiro foi, mais uma vez, sitiada pelo crime organizado. O Comando Vermelho (CV), uma das maiores facções criminosas do país e de perfil transnacional, respondeu ao Estado de Direito com ataques terroristas contra os integrantes das forças de segurança e a própria sociedade.

Usando a população como escudo, os terroristas do CV sempre contaram com a permissividade de várias de nossas autoridades. No entanto, o governo do Rio de Janeiro, de forma corajosa, desferiu uma das mais exitosas operações contra o crime organizado, apesar da indiferença do governo federal em prover qualquer apoio e suporte.

Não se pode olvidar que, por decisão do STF, em junho de 2020, as operações policiais contra o narcotráfico nas comunidades do Rio de Janeiro foram suspensas durante a pandemia e seguem com limitações até os dias atuais. A decisão permitiu que essas facções se reorganizassem, se rearmassem e se fortalecessem. Ademais, as comunidades cariocas se transformaram em refúgios para bandidos de outras unidades da Federação, que encontraram nesses

Apresentação: 29/10/2025 17:15:47.627 - CREDN

REQ n.210/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA

NACIONAL

territórios o esconderijo perfeito para tocarem suas atividades delituosas, sem serem incomodados pelas autoridades policiais e judiciais.

A decisão judicial em questão, aliada a fatores crônicos, como a falta de vigilância nas fronteiras, por onde entram armamentos pesados e drogas; arcabouço legal leniente com o crime organizado; armamentos e recursos de inteligência das polícias aquém do poderio bélico das facções; ausência de uma retaguarda legal à atuação das forças de segurança, são o combustível que alimentou a explosão da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, cujo estopim todo o Brasil e o mundo assistiram na terça, 28 de outubro: o Comando Vermelho utilizando drones e armamentos de guerra contra a polícia, impondo toque de recolher, impedindo o povo de ir e vir.

De acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE, uma população entre 50 milhões a 61 milhões de pessoas no Brasil, algo entre 25% e 30% da população nacional, reside em áreas controladas pelo crime organizado, onde imperam o Estado paralelo com seus sistemas político, econômico e jurídico.

No entanto, para o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, *“os traficantes são vítimas dos usuários”*. Ao que parece, apenas os EUA se mostram dispostos a pôr um fim nessas organizações, impedindo que barcos carregados de drogas ingressem em seu território. Na contramão, o Brasil, que foi chamado a classificar o Comando Vermelho e o PCC como organizações terroristas, negou-se a fazê-lo de forma contundente.

Vale assinalar que o Presidente da Colômbia, o ex-guerrilheiro do M19, Gustavo Petro, critica as operações americanas contra o narcotráfico, *“pois afetam os trabalhadores do narcotráfico”*. Não são poucas as vozes que asseguram que o Brasil já é um Narcoestado e isso diz muito a respeito do que vimos no Rio de Janeiro.

O Brasil divide quase 17 mil quilômetros de fronteiras com dez países, entre eles, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru, produtores de cocaína e maconha, drogas ilícitas que cruzam o nosso país com destino aos mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa, inclusive por rotas que incluem o Atlântico Sul e a África Ocidental.

No entanto, há vários anos, deixamos de ser apenas um país de trânsito, o que, de alguma forma, servia de desculpa por parte das autoridades diante do combate ineficiente ao crime organizado. Ocorre que o Brasil não é mais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA

NACIONAL

um mero corredor para o escoamento das drogas. Não apenas nos tornamos fortes consumidores como alavancamos um setor da economia que deveria nos envergonhar: o crime organizado transnacional. O PCC e o Comando Vermelho aniquilaram as demais organizações e dividem um mercado altamente lucrativo e diversificado, que envolve, ainda, armas de guerra fabricadas em outros países.

Essas organizações também foram extremamente hábeis no momento de se internacionalizarem. Hoje, são organizações com estrutura mafiosa, com relacionamentos estreitos com suas congêneres estrangeiras. Um exemplo é o Trem de Aragua, organização criminoso também transnacional, de matiz venezuelano, hoje presente no Norte do Brasil e nos países limítrofes e nos Estados Unidos.

Segundo o **Dr. Walter Maierovitch**, jurista, professor e ex-magistrado brasileiro, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, “a Bolívia tem indústria química? Não tem. O Peru não tem. A Colômbia não tem. Para fazer o cloridrato de cocaína, ou a pasta base, precisa de insumos. A pergunta que não quer calar: de onde vêm os insumos? Qual é a maior indústria química da América Latina? Do Brasil”.

O Dr. Maierovitch nos ensina que o crime transnacional atua em rede. Comando Vermelho e PCC têm controle de território, controle social, difundem o medo e estão ligados a uma rede transnacional. “E quem tem controle social, de território e difunde o medo, pode ter controle eleitoral”, alerta.

Outro ícone na luta contra o crime organizado, o Dr. Lincoln Gakiya, que integra o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo (GAECO), tem visão semelhante e vai além. Para ele, “o crime organizado já está infiltrado no Estado brasileiro”. O Dr. Gakiya investiga os tentáculos do PCC dentro e fora do Brasil, desde o ano 2000.

Por fim, faço referência a um estudo de 2024, do Esfera Brasil, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança, que identificou o avanço do crime organizado em áreas lícitas, ascendendo o alerta para o governo e as instituições de segurança do Estado. Esse avanço pretende enraizar a lavagem de dinheiro, por exemplo, nas estruturas formais e no mercado, dando um verniz de legalidade às suas ações criminosas. Trata-se, portanto, de uma séria ameaça ao país, à sua soberania, ao Estado Democrático de Direito e à sociedade como um todo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA

NACIONAL

Esta é uma discussão mais que urgente e, com o objetivo de contribuir com o debate, proponho a realização de audiência pública com as presenças dos doutores **Walter Maierovitch** e **Lincoln Gakiya**, além dos especialistas no assunto, o coronel **Fernando Montenegro**, comandante da pacificação do Complexo do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, em 2011 e 2012, **Eduardo de Oliveira Fernandes**, diplomado em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra e pelo Departamento de Estado dos EUA em Prevenção de Ações Terroristas, e que foi chefe do Centro de Inteligência da Polícia Militar de São Paulo; **Rodrigo Rodrigues Pimentel**, ex-comandante do Bope e oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro de 1990 a 2004; e **Carlos Frederico Cinelli**, ex-oficial do Exército Brasileiro e especialista em Direito Internacional.

Sala da Comissão em, de outubro de 20245

Deputado **FILIPPE BARROS**
PL/PR



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558565500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros

Apresentação: 29/10/2025 17:15:47.627 - CREDN

REQ n.210/2025

